



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça

R E S O L U Ç Ã O N º 08 / 92

DETERMINA A REVISÃO DOS PROVENTOS DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DAS SERVENTIAS JU-
DICIAL E EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DA
PARAÍBA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO A OCORRÊNCIA DE TRATAMENTO DESIGUAL ENTRE
DIREITOS E SITUAÇÕES FUNCIONAIS SEMELHANTES, NO QUE SE REFERE AO CÁL-
CULO DOS PROVENTOS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO FORO JUDICIAL E EX-
TRAJUDICIAL;

CONSIDERANDO A MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE DOS §§
5º E 6º, DO ART. 257, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO, QUE FUNDAMENTA O
CÁLCULO DAQUELAS REMUNERAÇÕES;

CONSIDERANDO O QUE DISPÕE A LEI Nº 5.573, DE 29 DE ABRIL
DE 1992;

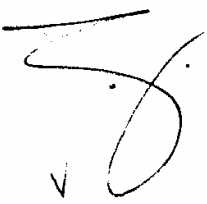
O PLENÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA,
NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O REGIMENTO INTERNO,

R E S O L V E :

ART. 1º - OS PROVENTOS DE APOSENTADORIA DOS SERVIDORES
DO FORO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA SERÃO REVIS-
TOS, ADEQUANDO-SE SEU CÁLCULO AO QUE DETERMINA A LEI Nº 5.573, DE
29 DE ABRIL DE 1992.

Publicado no Diário da Justiça.

EM 14, 05, 1992.


Secretária Administrativa



Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça

PARÁGRAFO ÚNICO - APLICAR-SE-Á ÀS PENSÕES O DISPOSTO NESTE ARTIGO.

ART. 2º - OS OFICIAIS DO REGISTRO CIVIL E OS ESCRIVENTES DE CARTÓRIO DISTRITAL TERÃO OS SEUS PROVENTOS CORRESPONDENTES A CINQUENTA POR CENTO (50%) DO QUE COUBER AOS TITULARES DA SEDE DAS RESPECTIVAS COMARCAS.

ART. 3º - O DEPARTAMENTO DE PESSOAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ENCARRREGAR-SE-Á DOS PROCEDIMENTOS BASTANTES À EXECUÇÃO DESTA RESOLUÇÃO.

ART. 4º - ESTA RESOLUÇÃO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO SEUS EFEITOS A 1º DE MARÇO DE 1992.

ART. 5º - REVOGAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM ENCONTRÁRIO.

SALA DE SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, EM JOÃO PESSOA, 13 DE MAIO DE 1992.


DES. EVANDRO DE SOUZA NEVES
P R E S I D E N T E

* REPUBLICADA POR INCORREÇÃO, EM 15 DE MAIO DE 1992.